



TERRITÓRIO, SAÚDE MENTAL E CANDOMBLÉ: FIGURAÇÕES E ENREDOS

Sandro dos Santos Correia¹

Universidade do Estado da Bahia, Faculdade de Geografia, Campus V, Santo Antonio de Jesus/BA, Brasil

Regina Suama Ngola Marques²

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Faculdade de Psicologia, Centro de Ciências da Saúde, Santo Antonio de Jesus/BA, Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é considerar os aspectos da territorialidade negra no contexto do Brasil e do ocidente a partir da crítica ao colonialismo e processo escravista, introduzindo a noção de saúde mental a partir de alguns elementos presentes na cultura baiana como as artes em geral, mas principalmente o candomblé. A saúde mental e as políticas públicas são enredos e figurações que vão se articulando no texto, de modo a promover uma reflexão sobre o estado brasileiro, os avanços legislativos e o acesso a cidadania. De modo breve e genérico, o candomblé da Bahia é trazido como importante fator cultural religioso que favoreceu a presença da cultura negro africana. O texto finaliza com a possibilidade de pensar território, saúde mental e religiosidade negra – no caso, o candomblé, como elementos importantes para a produção de conhecimentos em práticas de saúde.

Palavras-chaves: Colonialismo, Território; Candomblé; Saúde Mental.

¹ Pós-doutor (UFRB), Doutor em Planejamento Urbano e Territorial (UCSAL), Mestre em Engenharia Ambiental (UCSAL), Professor na Graduação e Pós-Graduação na UNEB Campus V. Professor da Educação Básica da Prefeitura Municipal de Itaparica/BA. Dofonitinho do Ilê Kaio Alaketu Axé Oxum. Cachoeira/BA. sscorreia@uneb.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9401-2499>

² Psicóloga, Psicanalista, Pós Doutora (Institut des Mondes Africains, EHESS-Paris/France), Supervisora Clínica e Professora na UFRB/CCS, Professora Permanente do Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade da UESB/Jequié/BA, Coordenadora do GT Psicologia e Relações Raciais da ANPEPP (2022/2024). Mam'etu de Nkise Nzo Lemba Tateamoxicongo Tumba Junssara/BA. regina@ufrb.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3720-0922>



TERRITORY, MENTAL HEALTH AND CANDOMBLÉ: FIGURATIONS AND PLOTS

Abstract: The aim of this article is to consider aspects of black territoriality in the context of Brazil and the West, based on a critique of colonialism and the slavery process, introducing the notion of mental health based on some elements present in Bahian culture, such as the arts in general, but especially candomblé. Mental health and public policies are plots and figures that are articulated in the text, in order to promote reflection on the Brazilian state, legislative advances and access to citizenship. Briefly and generically, candomblé in Bahia is mentioned as an important religious cultural factor that favored the presence of black African culture. The text concludes with the possibility of thinking about territory, mental health and black religiosity - in this case, candomblé - as important elements for the production of knowledge in health practices.

Keywords: Colonialism; Territory; Candomblé; Mental Health.

TERRITORIO, SALUD MENTAL Y CANDOMBLÉ: FIGURACIONES Y TRAMAS

Resumen: El objetivo de este artículo es considerar aspectos de la territorialidad negra en el contexto de Brasil y Occidente, a partir de una crítica al colonialismo y al proceso de esclavitud, introduciendo la noción de salud mental a partir de algunos elementos presentes en la cultura bahiana, como las artes en general, pero especialmente el candomblé. La salud mental y las políticas públicas son tramas y figuras que se articulan en el texto para promover la reflexión sobre el Estado brasileño, los avances legislativos y el acceso a la ciudadanía. De forma breve y genérica, se menciona el candomblé en Bahía como un importante factor cultural religioso que favoreció la presencia de la cultura negroafricana. El texto concluye con la posibilidad de pensar el territorio, la salud mental y la religiosidad negra - en este caso, el candomblé - como elementos importantes para la producción de conocimiento en las prácticas de salud.

Palabras clave: Colonialismo; Territorio; Candomblé; Salud Mental.

TERRITOIRE, SANTÉ MENTALE ET CANDOMBLÉ: FIGURATIONS ET INTRIGUES

Résumé: L'objectif de cet article est de considérer les aspects de la territorialité noire dans le contexte du Brésil et de l'Occident, à partir d'une critique du colonialisme et du processus esclavagiste, en introduisant la notion de santé mentale à partir de certains éléments présents dans la culture bahianaise, comme les arts en général, mais surtout le candomblé. La santé mentale et les politiques publiques sont des thèmes et des figures qui s'articulent dans le texte afin de promouvoir la réflexion sur l'État brésilien, les avancées législatives et l'accès à la citoyenneté. Brièvement et de manière générique, le candomblé à Bahia est mentionné comme un facteur culturel religieux important qui a favorisé la présence de la culture noire africaine. Le texte conclut sur la possibilité de penser le territoire, la santé mentale et la religiosité noire - dans ce cas, le candomblé - comme des éléments importants pour la production de connaissances dans les pratiques de santé.

INTRODUÇÃO

O estado da Bahia sempre teve um destaque na cultura brasileira com o surgimento de artistas que projetaram o Brasil em um cenário internacional como: Gal Costa, Gilberto Gil, Maria Bethânia, Caetano Veloso e outros. Essas celebridades traziam em suas performances artísticas características do continente africano e da cultura afro-baiana.

Esse aspecto cultural da cultura afro-baiana influenciou todo o país seja do ponto de vista religioso por meio da religiosidade de matriz africana com personalidades religiosas como Mãe Menininha do Gantois, Mãe Estela, Olga de Alaketu, Joãozinho da Goméia e outros.

Esse conjunto de representações surgidas com mais força após a II guerra mundial que trouxe muita tecnologia e instrumentos de controle de massa como o rádio e a televisão colaborou para disseminar essa identidade da Bahia relacionada a baiana de acarajé, a capoeira, maculelê, culinária e religiosidades negras.

Além disso, a própria literatura tendo como grande exemplo à obra de Jorge Amado com livros de repercussão internacional como: Capitães de Areia, Gabriela Cravo e Canela, Tieta e outros escritos que trazem a cultura de matriz africana como grande cenário. Estes textos agregam características e belezas naturais da Bahia como as praias e outros acidentes geográficos.

Esse texto irá desenvolver questões ligadas a tais contradições como um estado que tem a cultura de matriz africana como identidade turística pode promover a exclusão de sua população negra em razão do passado escravista. O escravismo comercial foi oficial na organização da economia dos territórios das Américas e por conseguinte no Brasil.

Garcia (2011) nos apresenta esta face perversa da organização sócio-espacial da cidade de Salvador. Observando que os indicadores de ocupação, educação, renda, acesso a equipamentos urbanos e serviços de consumo coletivo estão estreitamente vinculados a uma hierarquia racial. Se a maioria da população em Salvador e no estado da Bahia é negra, contraditoriamente, os poucos brancos representam uma elite racializada que detém o poder financeiro e os postos de comando na hierarquia social e econômica da cidade.

As dimensões e contradições desse processo estão presentes em pleno século XXI e deste modo, impossível não considerar os impactos de mais de 300 anos de escravismo que



gerou imensas desigualdades para a população africana no contexto do mundo e especificamente, no nosso caso, no Estado Brasileiro.

As grandes desigualdades da população negra no contexto do Brasil incluem inúmeras modalidades: dificuldades de acesso à saúde, habitação, emprego, renda, instrução, educação e lazer. O observarmos estas extremas desigualdades, é importante compreender que o Estado Moderno favoreceu, ainda no século XVIII, estes arranjos de desigualdades extremas no contexto do mundo.

A saúde como um todo, e a saúde em seu sentido biopsicossocial é um fator importante neste século. As religiosidades afloram como a instituição de acolhimento emocional no circuito do mundo contemporâneo notadamente no Brasil com o crescimento exponencial das igrejas evangélicas e neopentecostais.

Pensar a saúde mental, a religiosidade negra, os aspectos culturais, políticos e psicossociais que deflagram o acesso a saúde para populações negras é uma das intenções deste artigo. No mesmo sentido, procuramos esboçar algumas formas de pensar o território negro da Bahia, o candomblé, como cultura afro-religiosa que favorece o acolhimento sócio emocional das pessoas. Ao mesmo tempo em que é uma cultura que sofre preconceitos e violências no interior das formas de sociabilidades individuais e coletivas, institucionais formais e não formais no contexto brasileiro e na Bahia.

A fim de refletir sobre estas possibilidades organizamos o artigo da seguinte maneira: 1 Uma colonização do Estado e da forma de pensar a saúde; 2 Os aspectos civilizatórios da religiosidade de matriz africana; 2.1 A composição da Religiosidade de Matriz Africana; 3 O Candomblé: Um espaço de luta contra a escravização e os seus impactos; 4 A construção do direito a saúde na sociedade moderna; 5 Uma saúde mental como um direito a integralidade da saúde; conclusões e referências.

UMA COLONIZAÇÃO DO ESTADO E DA FORMA DE PENSAR A SAÚDE

A formação do estado brasileiro está relacionada a expansão dos limites e da colonização do continente europeu. Os conflitos endógenos da Europa criaram uma disputa pelos recursos naturais, minerais e humanos de outros continentes, a exemplo, o africano.

A colonização do Brasil por Portugal se deu no século XVI em um período marcado pela escravização e servidão e por uma disputa de poder que tinha conflitos entre a monarquia e a aristocracia, como também as crises e o próprio mito religioso que envolvia o Ocidente.



Autores diaspóricos como Fanon e Césaire são ícones para nos conscientizar das formas como o caráter sociológico da vida política e econômica europeia impactavam nos aspectos subjetivos das pessoas. E observar as dimensões emocionais e afetivas da formação do sujeito humano sob o impacto do colonialismo são elementos presentes em seus pensamentos e cosmovisões de mundo. Sobre Fanon, Oliveira (2018), nos informa que,

Embora seus textos conhecidos do grande público sejam de caráter sociológico e cultural, sendo ele considerado um autor que discute colonialismo, suas obras revelam muito mais que um olhar sobre a violência da colonização francesa nos territórios africanos. Sua sensibilidade psicológica e de certo modo poética – ele foi leitor e contemporâneo de Aimé Césaire – permitiu um filtro mais denso e qualitativo de seu pensar sobre as configurações emocionais e afetivas na formação do sujeito humano diante da atrocidade e do terror da violência da dominação, exploração social e econômica e da violência racista. (OLIVEIRA, 2018, p.43).

A colonização contou com incertezas naturais do processo civilizatório marcado pelas guerras e a fragilidade do ser humano frente ao desafio da natureza, em conjunto com a violência racista do processo de ocupação e um colonialismo que deu a tônica do desenvolvimento a partir da violência. Sem violência e racismo, o escravismo de africanos e a subjugação do indígena, não seria possível.

A violência é um projeto branco europeu. Ela não é apenas física, econômica e material. Ela é também organizada de modo intersubjetivo, a partir de um abstracionismo psíquico que constrói uma teoria de inferioridade em relação a civilização indígena e negro africana.

O abstracionismo psicológico é utilizado para construir uma teoria de inferioridade do africano colonizado e justificar por meios técnicos e pseudocientíficos a truculência do branco europeu (o francês no caso) na invasão e apropriação dos territórios africanos. (OLIVEIRA, 2018, p.43).

Sob tal assertiva observamos que a construção da humanidade se deu de forma verticalizada, impondo uma disputa entre os seres humanos como: os negróides, os vermelhos, os amarelos, os caucazóides, os mongolóides, que, por meio da eugenia edificou a ideia de superioridade e inferioridade (CORREIA, 2022)

A disputa entre reis e rainhas, de reinos e territórios, construiu um processo de hierarquização entre os seres humanos e os níveis de desenvolvimento tendo como exemplo as classificações de países de terceiro, segundo ou primeiro mundo; ou países desenvolvidos ou subdesenvolvidos (CORREIA, 2019).

No mundo ocidental europeu o clero era o *próprio monarca*; capaz de instituir regras para oprimir e violentar civilizações distintas do território europeu.



No século XV era concebido pensar que povos “pagãos”, muçulmanos, africanos e indígenas poderiam ser escravizados com a autorização do Pontífice Nicolau V através da bula Romanus Pontifex de 1455, a qual conferia plenos poderes ao Rei Afonso de Portugal e ao Infante Dom Henrique para em nome de Deus violar pessoas, territórios e culturas, saqueando suas terras, riquezas e os escravizando. (OLIVEIRA, 2018, p. 45/46).

A necessidade da subalternização para a dominação e escravização foi a tônica do processo de inferiorização dos muçulmanos, africanos e indígenas, autorizando que todos esses povos fossem escravizados.

Esses tipos humanos tão presentes no Brasil são o resultado do período oficial da escravização e da migração forçada de africanos escravizados tratados como mercadorias vendidas nos portos e onde perdiam a identidade de ligação com a África com a mudança do nome africano para um nome ocidental.

O impacto produzido pela bula do pontífice no século XV em sociedades controladas pelo modelo político teocêntrico, foi o artifício retórico para justificativa de barbáries e crueldades insanas de brancos ocidentais contra povos americanos e africanos. (OLIVEIRA, 2018, p. 46).

O século XV coloca o teocentrismo como centro das civilizações bem sucedidas ou vistas como superiores justificando ações violentas e a intolerância a grupos religiosos como as religiões africanas e não ocidentais.

Do ponto de vista da saúde mental, o ocidente necessita observar a lógica maniqueísta das epistemologias psicológicas e psiquiátricas; as quais não consideram a violência presente nos processos de construção do universo formativo da clínica médica e do campo da saúde. A história da clínica está recheada de circunstâncias de opressão contra os corpos indesejados do contexto social europeu (FOUCAULT, 2000).

Sob tal aspecto, no século XXI precisamos considerar estes vieses na formação profissional do médico, do psicólogo e dos profissionais que atuam em saúde e saúde mental. Cabe organizar metodologias em saúde que favoreçam protocolos de ações interseccionais com o campo social, étnico, cultural e político, a fim de melhor compreender os modos de tratar e acolher as pessoas em sofrimento emocional.

Protocolos de ações em saúde mental devem necessariamente estar arguidos de componentes sociais, étnicos, culturais e políticos dos ambientes nos quais se inscrevem (Oliveira, 2018, p. 47).

A psicanálise, por exemplo, enquanto campo do conhecimento em saúde mental, produz ideologias que subjugam a condição do negro em termos psíquicos, psicológicos. No entanto, esta fabulação, que se presentifica no projeto da violência branca colonialista contra o africano e o indígena é denunciada por Fanon (1956). No mesmo sentido, Oliveira (2018), observa que as mesmas confluências de ideias apresentadas no campo



religioso, tentam ser legitimadas por estudiosos do campo da saúde mental, no caso Mannoni, quando é criticado por Fanon.

Mannoni considera que há algo na condição emocional do africano que a priori permitiu que fosse escravizado. Mannoni parte de uma ideia – ideologia - convergente com a naturalização da inferioridade do africano, igualmente ao pensamento colonialista que instituiu o decreto de Nicolau V.

(...) Fanon, quando critica Mannoni está protocolando a observação clínica do contexto sócio, cultural, étnico e político para aprimorar a análise psíquica que Mannoni tenta, como psicanalista, retoricamente construir. Assim como o Papa Nicolau V em apoio explícito a lógica do genocídio africano e indígena pelos navegadores europeus. (OLIVEIRA, 2018, p. 47).

As perseguições e criminalização de povos afetou fortemente a saúde dos seus indivíduos, inclusive, a saúde mental, verticalizando aspectos sociais, étnicos, culturais, políticos e ambientais.

Clinicamente e psicologicamente, como profissional da psiquiatria e, portanto, da saúde mental, Fanon instiga o debate com o psicanalista e convoca a uma reflexão mais densa e arguta no sentido de considerar as condições do processo de civilização humana. (OLIVEIRA, 2018, p. 48).

A contribuição de Fanon, favorece a análise da saúde mental da população negra como algo pertencente a civilização humana avançando de forma densa e arguta.

Afinal, existem populações e povos que em tese, pensando a lógica reducionista e insana do Papa Nicolau V e de Mannoni, no século XX, que podem ser sacrificadas em nome de uma suposta inferioridade humana? (OLIVEIRA, 2018, p. 48).

Negros e indígenas foram violentados como seres inferiores. Não somente a inferiorização de seus deuses e divindades, mas também da inferiorização de um segmento humano para justificar a escravização. Foram considerados selvagens.

O contexto da guerra e as condições históricas, étnicas e culturais foram catalogadas como princípios importantes para metodologias de intervenção em saúde e saúde mental. Fanon exerceu a prática da saúde mental dentro de um contexto de guerra e por conta disto ele foi capaz de conjugar o aspecto psicossocial de seus pacientes a partir da análise histórica, étnica e cultural da realidade global (França, África, colonização e diáspora). Frantz Fanon, em certo sentido, foi criador de uma perspectiva clínica psicológica centrada no indivíduo, na singularidade e na clínica da subjetividade atravessada pelo componente inerente da historicidade, da cultura e da etnicidade. (OLIVEIRA, 2018, p. 51).

As contribuições de Fanon são fundamentais para pensar saúde mental. Ele parte de contextos de guerra, condições históricas, étnicas e culturais.



Fanon trouxe para discussão em saúde mental e psicologia, os termos “colonização”, “diáspora negra”; como importantes para o entendimento do indivíduo e da sua singularidade com aspectos da análise histórica, étnica, econômica e social.

Estas noções que apresentamos sobre a trama subjetividade, identidade, opressão e etnicidade (cultura, história, colonização, sociedade) são paradigmas importantes de uma psicologia que seja capaz de pensar e construir uma epistemologia da violência no âmbito psicoemocional. (OLIVEIRA, 2018, p. 51).

Todos esses aspectos que perseguiram as civilizações escravizadas e subjugadas pelo processo histórico teve os seus impactos materializados nos seus indivíduos historicamente violentados no âmbito psicoemocional.

No século XXI observamos esta mesma convergência que Fanon nos ensina quando pensa saúde mental no século XX. O racismo e violência contra o africano e os povos ameríndios e população negra no mundo nos escancara a força ainda vigente da brutalidade branca europeia. A truculência racial contra negros e indígenas nos processos migratórios são flagrantes neste século.

A migração de africanos na Europa, as decisões políticas do Brexit diante da comunidade europeia, a imigração de venezuelanos, bolivianos, haitianos, sírios, congoleses, angolanos, dentre outros, para o território brasileiro obriga a psicologia a posicionar-se diante das discussões históricas e políticas sobre o colonialismo, o escravismo, o preconceito, o racismo, as desigualdades e o racialismo. (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018, p. 217).

Nesta perspectiva da violência à constituição subjetiva do povo negro, as dimensões emocionais que impactam na sua condição de pessoa – sujeito humano – o Brasil é um território importante pois conta com significativa parcela de população descendente de africanos que chegaram aqui, no Brasil, por meio da escravidão oficial.

A nação brasileira foi um território que recebeu a diversidade de etnias e grupos humanos de diferentes partes do mundo e que convivem cotidianamente com impactos do colonialismo, escravismo, o preconceito, o racismo, as desigualdades e o racialismo.

A questão do negro, a desigualdade racial e social, historicamente presente nas sociedades do mundo em diferentes localidades, coloca a temática da exclusão, dos direitos civis e da liberdade como tema central nos estudos sobre o colonialismo, e suas diferentes formas de inscrição nas sociedades humanas. Seus impactos, suas decorrências atingem a todos os povos no Brasil e no mundo. O sofrimento inerente a todas as formas de desigualdades produz emocionalidades específicas, modos de subjetivação que influenciam processos de construção de identidades sociais e coletivas. Tais configurações subjetivas e individuais decorrem em políticas ideológicas, princípios políticos normativos, formas de organização social que representam os modos



subjetivados de compreender e interpretar o mundo, as organizações e si mesmo. (OLIVEIRA; NASCIMENTO, 2018, p. 218).

Todo esse passado de sofrimento e escravidão marcou a atual conjuntura da população negra oriunda dessa memória de violência, exclusão, desigualdades, e diversas formas de sofrimento psíquico.

Esse conjunto de aspectos foi configurado em subjetividades e individualidades decorrentes de políticas ideológicas, princípios políticos normativos, principalmente por esses segmentos populacionais terem sido tratados como inferiores.

OS ASPECTOS CIVILIZATÓRIOS DA RELIGIOSIDADE DE MATRIZ AFRICANA

O presente ponto é responsável por descrever alguns dos componentes do Candomblé como alguns instrumentos musicais, linguagens e outras características que irão dar noção da magnitude desta religião de matriz africana e a influência da mesma nas atuais transformações e comportamentos sociais e culturais.

Os instrumentos que acompanham rituais aos deuses africanos no Terreiro são os atabaques, o agogô e o xekerê. Os atabaques são divididos em Rum, Pi e Lé. Os alabês são os ogãs que tem uma função específica na execução das canções para as divindades, de acordo com a divisão de funções.

Cada Inquice, Vodun ou Orixá tem um toque específico no atabaque relacionado a uma dança e a um gestual que é narrado por meio de uma canção cantada e criada em um idioma africano que tem seu mito gerado no continente africano, e também no Brasil e fora da África.

Atualmente vivemos em uma época na qual a presença de signos, imagens, códigos, ícones, índices e alegorias são tão representativas que torna o mundo cada vez mais simbólico. O tombamento de Terreiros como patrimônio cultural revela em que a produção de todos os símbolos e signos presentes traz para a luz da revelação a importância de uma civilização na sua compreensão e explicação da vida e de seus desdobramentos, em uma determinada escala, como fundamental para a consolidação e valorização do patrimônio civilizatório desses povos.

O Candomblé é tratado na perspectiva do desenvolvimento humano. Define-se esse termo pela vivência dos praticantes e adeptos da religião em elaborar meios de subsistência e de

empoderamento, ao se apropriar dos elementos culturais e simbólicos abrangentes do culto, como dança, música, objetos de adorno pessoal, vestuário, para empoderamento social. Empoderamento social refere-se à capacidade de agregação e organização social, que são relações comunitárias orgânicas, com vistas à aquisição de meios de ascensão econômica, qualificação profissional e desenvolvimento educacional/intelectual individual e coletivo.

O conceito do termo *candomblé* é explicitado na citação a seguir:

CANDOMBLÉ. Nome genérico com que, no Brasil, se designam o culto aos orixás jeje-nagôs e algumas formas dele derivadas, manifestas em diversas “nações”. Por extensão, celebração, festa dessa tradição, xirê; comunidade-terreiro onde se realizam essas festas. A modalidade original consiste em um sistema religioso autônomo e específico que ganhou forma e se desenvolveu no Brasil, a partir da Bahia, com base em diversas tradições religiosas de origem africana, notadamente da região do golfo da Guiné. Candomblés de Congo e de Angola: Modalidades de culto aos orixás nos quais prevalece a utilização de linguagem crioula originária respectivamente do quicongo e do quimbundo. Estruturalmente, seus símbolos e práticas pouco diferem daqueles usados no candomblé jeje-nagô. Sua aproximação com outras expressões da religiosidade banta, no Brasil e nas Américas, parece ocorrer, pelo menos aparentemente, apenas no nível linguístico. Candomblé de caboclo: Variante do candomblé de nação angola, permeada de elementos da religiosidade indígena e de práticas do espiritismo popular. Ver NAÇÃO; RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS. (LOPES, 2004, p.162).

Segundo o conceito, Candomblé é um nome genérico que, no Brasil, se designa o culto aos orixás jeje-nagôs e algumas formas dele derivadas, manifestas em diversas nações.

Aponta que é um sistema religioso com autonomia e especificidade se desenvolvendo no Brasil, colocando o estado da Bahia como seu centro e a África como origem, com destaque para a região do Golfo da Guiné.

O reconhecimento da importância dessa religião pode ser um momento de transição na relação entre o Candomblé e a sociedade civil na sua expressão pública, sem a criminalização oficial que o perseguiu de modo simbólico e físico, por meio do preconceito, da discriminação e principalmente do racismo.

Esses aspectos ainda estão relacionados à origem e a fatos históricos que criaram uma verticalização no desenvolvimento e no interior das instituições públicas e privadas. Um desses episódios é a escravização e a comercialização ocorrida no continente africano que exportou milhões de pessoas africanas para outros continentes, criando a diáspora africana.

Os impactos desta escravização comercial são sentidos até os dias atuais, e muitas vezes, sequer são combatidos, mas, sim, reproduzidos, pelo fato do aumento da exploração pelo



capitalismo e neoliberalismo no Brasil, que se acentua muito mais por ser um país subdesenvolvido ou em desenvolvimento.

Marcada por uma história de racismo institucional que reproduziu relações de exclusão e inferiorização, a população negra brasileira foi excluída diretamente das decisões importantes do país.

A escravização comercial é um movimento que transfere uma grande quantidade de população para áreas externas do continente africano. Os africanos escravizados, que vinham em navios negreiros, são transferidos para as fazendas dos senhores de engenho para trabalhar nas lavouras.

Estes africanos escravizados tiveram todo seu processo humano alterado, desde as monarquias africanas às relações comerciais, além da afetividade, que foram reorganizadas em benefício das relações comerciais estabelecidas no seio da Europa e reproduzidas em outras áreas do planeta.

A reprodução dos hábitos e valores dos africanos escravizados, num primeiro momento, acontecia na Senzala, levando em consideração todos os outros obstáculos, desde a comunicação entre os povos africanos inimigos, que, quando escravizados e transferidos para áreas de outros povos, necessitavam de uma reconfiguração para a sobrevivência em um espaço comum.

Ao levarmos em consideração as fugas que ocorriam durante o transporte dos africanos escravizados, alguns se dirigiam para áreas distantes das cidades e construía quilombos, onde se concentrava boa parte da população escrava fugida. E parcelas que se dirigiam a outras áreas criavam outros tipos de organização, mas estes movimentos começaram a criar uma necessidade de aumento da segurança e do fortalecimento destas populações frente à perseguição oficial do Estado.

O aumento da segurança se dava na organização destas populações em locais como os Terreiros de Candomblé, onde elas poderiam reproduzir as relações espaciais, territoriais, sociais e familiares surgidas e/ou criadas no continente africano.

O Candomblé é uma religião de matriz africana, mas sua formação é brasileira. A partir da escravatura, os africanos foram obrigados a deixar o seu território (identidade) e a se adaptar em um novo lugar. Com esta “adaptação”, os africanos foram forçados a aprender e a cultivar outra religião, para que pudessem continuar a praticar as religiões tradicionais africanas, a criar e a praticar uma nova religião que chamamos de candomblé (CORREIA, 2019).



Essa reestruturação pode ser chamada de reterritorialização, pois foi uma reconstrução e adaptação de um novo espaço. Além disso, é um novo domínio territorial com características diferentes, por isso que sofreram adaptações e modificações estruturais. Por estes fatores é que não podemos dizer que o Candomblé é africano, mas sim brasileiro.

Pouco se ganha ao se tentar uma definição precisa de cultura. Fazê-lo implica sua redução a uma categoria objetiva, negando sua subjetividade essencial. Nenhum grupo humano considera seu mundo vivido como uma produção cultural, exceto a burguesia ocidental, que criou o conceito de cultura (SAHLINS, 1976). A palavra é ideológica. Williams (1977) analisou a transformação da palavra “cultura” na língua inglesa sob as condições históricas variáveis, mostrando como se tornou separada conceitualmente da vida social material, tornando-se uma categoria problemática. Contudo, mesmo no uso contemporâneo, “cultura” serve para unir os aspectos fundamentais do ser social: (1) trabalho, a interação direta dos seres humanos com a natureza na produção (como “agricultura”, “viticultura”, “silvicultura”), e (2) consciência, as ideias, valores, crenças e ordem moral, nas quais os seres humanos se tornaram cientes de si mesmos como sujeitos capazes de transcender a grosseira materialidade da natureza (como “cultura primitiva”, “cultura de classes”, “contracultura”). A cultura é o termo central do humanismo, incapaz de definição clara como um conceito objetivo, mensurável, e compreensível apenas através da prática. (COSGROVE, 1996, p.6).

A constituição de um território tem sua construção atrelada à cultura desenvolvida pela sociedade de uma época, consolidando o pensamento vigente por um conjunto de valores que tem na religião e na cultura um efetivo momento que se materializa no seu patrimônio material e imaterial. O Recôncavo Baiano é marcado por este conjunto de características construído por um momento histórico que foi caracterizado por aspectos físicos e naturais expressados principalmente pelo Rio Paraguaçu.

Do ponto de vista conceitual, a questão central, no que se refere ao território, é a seguinte: o que é um processo de territorialização ou desterritorialização, em sentido forte? Um processo pode, sem a menor sombra de dúvida, ter a ver com experiências culturais e identitariamente importantes e, no caso da desterritorialização, até mesmo traumáticas, na esteira do desenraizamento de indivíduos e de grupos sociais inteiros; e pode também implicar a privação do acesso a recursos e riquezas (na verdade, isso é uma consequência muitíssimo comum de qualquer desterritorialização). O território de uma gangue de jovens ou “tribo urbana” é, simultaneamente, o espaço primário de afirmação de uma identidade e da reprodução de um estilo ou subcultura, assim como o enfrentamento entre, digamos, anarcopunks e skinheads, por envolver uma dimensão de poder e a disputa por território, mas nem por isso deixa igualmente de envolver, logicamente e acima de tudo, uma fricção no plano cultural-simbólico. A desterritorialização de grupos sociais inteiros, como ocorreu com tantas populações ameríndias, confinadas em reservas e, algumas vezes, realocadas centenas de quilômetros longe de suas áreas tradicionais, a exemplo do que foi feito com muitos apaches nos Estados Unidos, ilustra perfeitamente a dupla agressão que pode estar embutida em desterritorializações forçadas *manu militari*. É



evidente que isso não é uma violência com resultados restritos ao redesenho territorial de um povo, mas algo que possui sérias implicações para o modo de vida, a cultura e, no limite, a própria sobrevivência. (SOUZA, 2013, p.101-102).

Esses grupos podem estar ligados aos próprios povos de Terreiro que são alvo de violência simbólica e física que poderão ter implicações para o seu modo de vida, a sua cultura, e, no limite, a sua própria sobrevivência.

Ao afirmar que o processo de desterritorialização de alguns povos africanos foi em sentido forte, estamos nos referindo ao processo histórico do continente, pois, com a partilha da África na Conferência de Berlim, estes indivíduos perderam até o seu solo pátrio, até mesmo o nome de alguns países africanos foi modificado para atender a interesses imperialistas externos aos africanos (CORREIA, 2022).

As mudanças em seus territórios impactaram aspectos ligados às culturas agrícolas cultivadas. Isso nos faz imaginar a alteração de hábitos alimentares e culturais, desestruturando a própria lógica de organização e autonomia de linhagens ancestrais que foram historicamente fragilizadas e desarticuladas do processo de desenvolvimento social.

Toda a construção cultural que irá modelar o processo criativo de uma civilização será abalada com a alteração de algumas lógicas ou até mesmo do apagamento da memória pela anulação completa de alguns ancestrais e a destruição de documentos comprobatórios que legitimam pertencimentos ancestrais e civilizatórios (CORREIA, 2019).

CANDOMBLÉ: UM ESPAÇO DE LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO E OS SEUS IMPACTOS

A religião de origem africana nasce no Brasil com a colonização de exploração implantada no país, juntamente com o tráfico de negros da África para o Brasil. Utilizados como escravos na lavoura de cana de açúcar, os negros se concentraram no Nordeste brasileiro e, principalmente, na Bahia (região do Recôncavo).

Porém, no Candomblé se mantêm os rituais totalmente ligados às tradições iorubás: “Os africanos escravizados se declaravam e aparentavam convertidos ao catolicismo; as práticas fetichistas puderam manter-se entre eles até hoje quase tão estremes de mescla como na África” (VERGER, 1992, p.28). Tais afirmações vão mostrar que, apesar da resistência encontrada pelos descendentes de africanos em continuar cultuando seus



símbolos religiosos e, conseqüentemente, fortalecendo as relações entre o seu grupo étnico, eles conseguiram manter sua tradição cultuada há milênios, proporcionando, assim, a existência e o fortalecimento de vários terreiros na Bahia.

A primeira Casa de Santo da Bahia estava localizada no bairro da Barroquinha, e se chamava *Iyá Omi Àse Airá Intilé*. Casa situada na Rua Visconde de Itaparica, este terreiro pertencia à nação Ketu e foi criado por várias senhoras ex-escravizadas pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte da Igreja da Barroquinha. A partir do nascimento dessa casa surgiram outras ligadas ao culto afro-brasileiro que influenciaram a cultura baiana, podendo-se citar a Casa Branca que é uma continuidade do *Iyá Omi Àse Airá Intilé* (CORREIA, 2021).

No Brasil o Candomblé irá se apresentar com características de certo nível de institucionalização em 1860, segundo Nicolau Parés, com seus ritos e mitos estruturados como se encontram nos dias atuais.

Se na década de 1830 já existem claros indícios de congregações extradomésticas com um significativo grau de complexidade social e ritual, a documentação do O Alabama não deixa dúvida que na década de 1860 o Candomblé tinha atingido um nível de institucionalização comparável ao que conhecemos hoje em dia. Além das frequentes atividades de cura e adivinhação mantidas por especialistas religiosos individualizados, havia uma extensa rede de congregações religiosas, com espaços sagrados relativamente estáveis, tanto nas roças da periferia como no centro urbano, que mantinham variadas relações de cooperação e complementaridade. Essas congregações estavam organizadas conforme uma hierarquia que derivava do princípio de senioridade, estabelecido através de demorados processos de iniciação. (PARÉS, 2007, p. 142-143).

Características do Candomblé socialmente identificadas se tornam visíveis a partir de 1860, em que turbantes, contas e outros adereços que indicam os seus adeptos irão modelar parte da sua construção. As perseguições ao culto do Candomblé podem não ser mais tão intensas quanto antes no sentido do poder constituído do Estado, mas são ainda presentes devido às precárias condições econômicas a que estão submetidos os zeladores do culto na Bahia e no Brasil (CORREIA, 2019).

É uma religiosidade africana criada na Bahia, com raízes nas religiões tradicionais africanas. A vinda dos africanos nos navios negreiros trouxe toda uma tradição cultuada do outro lado do Atlântico por várias nacionalidades. Estas nações que possuíam estruturas sociais e políticas baseadas em reinos foram trazidas para o Brasil e reorganizadas nas senzalas e quilombos.



Assim, passou a ser um espaço importante capaz de incluir pessoas que eram excluídas dos demais locais oficiais de convivência, de religiosidade e demais instituições da sociedade civil.

Tornou-se referência para estes indivíduos que começaram a criar estratégias alternativas de inclusão, com a função de incluir não somente as pessoas, mas as ideias, as memórias, os signos, os símbolos, e principalmente a cultura de matriz africana que era excluída da oficialidade, sendo posta à marginalidade do sistema.

A CONSTRUÇÃO DO DIREITO A SAÚDE NA SOCIEDADE MODERNA

Os aspectos existentes antes mesmo da existência de um sistema nacional de saúde que regule e legisle e inclusive, julgue e crie políticas públicas através da lei orgânica da saúde, a lei 8.080/1990.

A Lei 8.080/1990, citada acima, também chamada de Lei Orgânica da Saúde, nos coloca diante do que deveria orientar a política de saúde do Brasil. Retomando os determinantes da saúde já expostos acima: “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais” (Brasil, 1990). Também acrescentamos a esta lista as tradições da população e a história de suas lutas, porque a consideramos um bem histórico indispensável no desenvolvimento de nosso amor próprio e saúde mental. A Lei Orgânica da Saúde também define, repetimos, que as ações de saúde “se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social” (Brasil, 1990). Estes são os elementos que queremos chamar atenção para sua importância como construtores de nossa subjetividade e saúde mental. (SANTOS, 2017, p. 250/251).

Esses aspectos foram todos influenciados pelo colonialismo: a precária moradia e alimentação, o subemprego, a baixa renda, o habitar e viver em condições precárias de saneamento básico, transporte, educação, lazer e bens e serviços essenciais traduzem a presença da violência.

A saúde mental precariza-se a partir de opressões por comportamentos de barbárie, vivadas por pessoas negras na relação com a sociedade - território branco colonizado. O impacto deste aspecto na saúde mental revela a violência psíquica do racismo apontada pela psiquiatra e psicanalista negra Neusa Santos Souza. Ela denuncia o privilégio da branquitude, observando a clínica da saúde mental a partir das falas de pessoas negras em ascensão social.

Os avanços da lei 8.080/1990 dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, definindo os fatores que determinam e condicionam a saúde que



levam em consideração: a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Não obstante, temos os avanços da Lei 8.080, de 1990, que dispõe das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e define os fatores determinantes e condicionantes da saúde, “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais” (Brasil, 1990); e também define que as ações de saúde “se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social” (Brasil, 1990). Temos também a importante contribuição da PNSIPN – Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que é estratégica para a superação do racismo e promoção da equidade em saúde da população negra (Brasil, 2007). O texto da PNSIPN indica os inúmeros condicionantes sociais dos agravos à saúde da população negra, trazendo os números que nos fazem ver e sentir como estamos mais propensos, da criança preta ou parda aos jovens, adultos e idosos negros, aos riscos de mortes e doenças. As iniquidades que sofremos, reveladas no relatório da PNSIPN, são decorrentes desse estado contínuo de exposição ao projeto de extermínio, ao deixar morrer da biopolítica a que estamos submetidos, marcam insidiosamente nossa saúde física e mental e modulam nossas experiências de “nascer, viver, adoecer e morrer” (Brasil, 2007: 30). A PNSIPN desenvolve uma concepção de saúde fomentada pela perspectiva dos ativistas negros, destaca a transversalidade como princípio organizativo das estratégias de saúde; a visão integral de sujeito, em conformidade com os princípios do SUS; o reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, sobretudo os saberes de matrizes africanas; também põe em foco a importância da memória e, portanto, da retomada dos saberes das nossas lutas ao longo dos mais de 500 anos de diáspora africana. (SANTOS, 2017, p. 247/248).

Esse documento dá atenção a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra onde aponta o necessário investimento para a superação do racismo e a promoção da equidade em saúde da população negra; além de valorizar o reconhecimento dos saberes africanas e afro-brasileiros nas lutas ao longo dos mais de 500 anos de diáspora africana.

Considerar o território negro da Bahia e do Brasil neste século é considerar a segregação racial e sócio-espacial.

Os territórios negros, e os terreiros de Candomblé como espaços de pertencimento negro africano, sofrem os impactos do terror opressor do colonialismo branco europeu que se faz vigente ainda em nossos dias.

A saúde mental precisa ser interpretada a partir da realidade socioeconômica, e política. A análise é complexa, pois a segregação racial produz adoecimento (OLIVEIRA, 2017).



SAÚDE MENTAL E INTEGRALIDADE: UM DIREITO

O histórico da saúde no Brasil teve uma transição para a sociedade moderna que foi a Reforma Psiquiátrica que estava e um contexto da Frente Negra Brasileira nos anos de 1930 e influenciou a saúde e saúde mental da população negra mental.

Há um tempo, para falar de saúde mental, eu falaria do delirante, da psicose, dos transtornos mentais severos que os indivíduos da sociedade moderna portam e dos esforços da Reforma Psiquiátrica brasileira para um tratamento mais humanizado. Todavia, estou aqui abordando a saúde mental da população negra, a partir de perspectiva própria, capitalizada também, nos anos 1930, pela Frente Negra, construída na experiência existencial do negro na história do Brasil, desde a chegada na colônia, passando pela abolição, a formação da República, até os dias atuais. O negro traz uma perspectiva social autônoma e precisamos desenvolvê-la e expô-la. Assim, quero enfatizar a visão integral da saúde do sujeito, com a ajuda da Lei 8.080/1990 e tendo como base o que os ativistas negros realizaram na PNSIPN; trazer à vista aquilo que esteve sempre na resistência dos afrodescendentes; pôr em operação, para a construção da saúde, o sentido da identidade negra e o resgate, no nível das instituições sociais, daquilo que essa população historicamente reivindica. (SANTOS, 2017, p. 250).

A lei 8.080/ 1990 deu tônica a esse segmento da população brasileira. A saúde da população negra teve espaço para um tratamento por parte do Estado Brasileiro e dessa maneira iniciar uma possibilidade de equidade.

Assim nasce o SUAS e o SUS, o sistema único de assistência social e o sistema único de saúde que regulamente o acesso aos serviços de saúde e organiza o surgimento dos centros de atenção psicossocial (CAPS) e as redes de atenção psicossocial (RAPS). Estas medidas surgem com a Reforma Psiquiátrica em 2001. Elas vão de encontro aos anseios da luta antimanicomial que denunciava os maus tratos de pessoas em quadros de adoecimento emocional (psicoses, esquizofrenia, transtornos psíquicos e outras doenças) nas instituições – hospitais - psiquiátricos.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é também participante deste movimento. E é importante avanço o reconhecimento do racismo por parte do Estado, embora seja difícil instaurar a equidade e efetivar na prática o direito à cidade : cidadania, equidade, saúde; saúde mental.

Mesmo a perspectiva comunitária da Reforma Psiquiátrica (Brasil, 2005 e 2001), de planejamento territorial, com paradigma de desinstitucionalização das práticas e saberes psiquiátricos, inspirada na psiquiatria italiana (Rotelli, 2001); e ainda com a Lei 8.080 de 19 de Setembro de 1990, a saúde mental não abandona a referência do sanitarismo médico-psiquiátrica-psicológico da loucura, dos distúrbios ou transtornos. Não altera, portanto, o modo de negligenciar as condições históricas da



população negra. No campo da saúde mental, como, aliás, em qualquer outro, o que deve ser considerado e estudado vai ganhar o formato que a sociedade lhe dá. Não observar assim, como nos advertem o médico e psicanalista Jurandir Freire Costa (2006) e o antropólogo Roger Bastide (2016), nos coloca em um pensamento naturalizador das concepções de doença mental e das práticas de tratamento. Pelos meios da assistência psiquiátrica, o racismo de Estado determina os que devem ter saúde mental, e os que podem viver atormentados em seu sofrimento produzido pelas condições sociais, os que devem viver e os que devem morrer, como diz Foucault (2005). É o Estado racista também que determina sob quais condições tratamos da saúde mental da população brasileira, que tipo de investimento, com quais psicologias e quais abordagens. (SANTOS, 2017, p. 246/247).

Santos (2017) nos indica que o racismo persiste. E que a saúde mental, enquanto conjunto de expressões sociais, territoriais, culturais, políticas e subjetivas é o bem estar que as pessoas humanas lutam para acessar (OLIVEIRA, 2017), ou seja, a noção de cidadania, comporta a noção de acesso a saúde mental.

A saúde mental, a emocionalidade do sujeito e o fortalecimento de sua condição de bem estar são fatores dependentes de políticas territoriais e urbanas, além das socioeconômicas e de saúde em sua especificidade. (OLIVEIRA, 2017, p. 91).

A saúde mental deve levar em consideração a emocionalidade do sujeito e o fortalecimento de sua condição de bem estar como sendo fatores de dependência de políticas territoriais e urbanas, questões socioeconômicas que traduzem boas condições de saúde em suas especificidades.

Nogueira (2021), bem como Marques (2022), atestam que o grupo étnico social mais vulnerável a saúde mental na população brasileira é o grupo negro (pretos e pardos).

Fundamental observar a necessidade de estudos e aprofundamentos no campo da saúde mental, na psicologia, para habilitar profissionais a considerarem historicidade no manejo clínico, bem como os aspectos da territorialidade, como elementos que compõem o diagnóstico e tratamento em saúde mental da população negra. Para maiores avanços é preciso atenção nos currículos de graduação e pós-graduação na psicologia, e no campo médico da saúde (MARQUES, 2022).

Pensar a clínica psicológica e a saúde mental nos dispositivos sociais que hoje temos é coadunar-se a dimensão da intersectorialidade, que abrange os processos de humanização no SUS, a clínica ampliada e os valores de igualdade, cidadania, integralidade e direitos. (OLIVEIRA, 2018, p. 51).



A criação do SUS demonstra os avanços da legislação, mas, também, as dificuldades existentes do enfrentamento do Estado racista que é um obstáculo para a efetivação do propósito de equidade que garante o acesso aos que historicamente foram excluídos do direito à saúde.

O DIREITO DA POPULAÇÃO NEGRA TER SAÚDE

Após termos percorrido as ranhuras das questões que circundam o território brasileiro em sua dimensão biopolítica e social, bem como as noções sobre saúde e as interlocuções com a história, cultura e condições de saúde mental da população negra mediante os aspectos de um mundo que se organiza a partir do colonialismo branco europeu e da violência do estado sobre os corpos indesejados dos povos indígenas, negros e de brancos pobres, podemos concluir que as dimensões sobre o terreiro de candomblé na Bahia foram os primeiros lugares que possibilitaram o exercício de uma condição de saúde física e mental para as populações negras e indígenas. O candomblé acessou o protagonizou o cuidado com o saber ancestral das ervas, banhos, remédios, cura. E por conseguinte despertou a percepção e a consciência de que saúde é um direito.

Os quilombos e as senzalas reuniram conhecimentos em saúde que proporcionaram as pessoas negras e indígenas a condição de exercício de sua subjetividade e do compartilhamento de seus sentimentos, emoções.

As religiosidades negras, o candomblé na Bahia, possibilitou a existência, reexistência, das pessoas vindas de África e os exilados em seu próprio território, no caso os indígenas.

Foi o candomblé, a religiosidade negra africana, as mulheres de terreiro e a organização do terreiro, que protagonizou a resistência, persistência na vida e na cultura das populações negras e indígenas no território brasileiro. As ervas, os banhos, as rezas, as mandingas, as formas de cuidar da casa, o alimento, a proteção dos filhos do quilombo, da senzala. O cuidado com a vida. A ancestralidade guiando as receitas e perpetuando os saberes.

Se inauguramos nossas escritas falando sobre cultura, Bahia, música, literatura, estamos afirmando que esta unidade entre cultura negra e indígena que a territorialidade baiana representa, produz um Brasil e um povo que se organiza a partir de um enredo negro africano. Conhecimentos e epistemes negras, afro-diaspóricas e ameríndias.

Neste enredo, o sofrimento é existente. A dimensão política e ética das lutas é emblemática pelos avanços que o campo técnico científico acaba por produzir a partir do empenho da cultura e mobilidade negro africana.

As lutas pela conquista do SUS, do SUAS e das legislações que fortalecem o sistema único de saúde como a política nacional de saúde integral da população negra não ocorreram ao acaso.



As lutas reivindicaram e alcançaram seu êxito a partir dos feitos das pessoas negras do Brasil inteiro. Brancos pobres, profissionais de saúde, intelectuais e artistas, seguimentos da cultura estiveram a frente para que uma vitória política se estabelecesse a partir de paradigmas culturais capazes de representar o estado brasileiro.

Tentamos trazer a baila estas circunstâncias formativas do Brasil negro, indígena e branco, mediada por aspectos históricos do colonialismo europeu, as discussões sobre saúde, psicanálise e saúde mental a partir da ótica de Fanon, escritoras negras brasileiras da psicanálise e a religiosidade negra – o candomblé, como alicerces para compreender figurações de um espaço e território geográfico que abriga seu contingente populacional indígena, negro e branco.

Embora tenhamos produzido um ensaio, indicamos como foi e é importante o papel subjetivo, material objetivo, dos terreiros de candomblé. Como o que se passa no terreiro e o que se construiu enquanto cultura negra africana na Bahia foi capaz de produzir visibilidades e necessidades de acesso a direitos e fortalecimento da população brasileira como único país no mundo, fora da África, que possui a maior população negra. Seria um acaso?

O candomblé surge na Bahia. Se espalha pelo Brasil, mas também hoje, pelo mundo. Invenção afro-brasileira vinda de África. Africanidades.

O que isto significa? Qual o papel das religiosidades negras no constructo da saúde mental da população brasileira e das populações negras no Brasil e no mundo?

CONCLUSÃO

Embora o texto não responda a estas questões, caminhamos por engendrar possibilidades discursivas sobre o povo negro, sobre a Bahia, como reduto de nascimento da subjetividade brasileira, a eterna imagem da Bahia como a terra do acolhimento, dos afetos, do bem estar. E neste sentido, do bem estar, associamos, ainda que não diretamente, ao sentido das inscrições do candomblé brasileiro que figuramos, como o candomblé na Bahia.

Nesta mesma direção, acreditamos que a saúde mental está inscrita no contexto brasileiro a partir das possibilidades que o território negro emana no conjunto sócio político e econômico das complexidades dos embates étnicos frente ao poder capitalista que sempre quer extinguir corpos negros e da diversidade.

Simplesmente porque corpos negros e da diversidade clamam por uma coletividade, por acesso a direitos, a moradia, a educação, a lazer, a emprego e renda. Cultura. Cidadania. Neste sentido, corpos negros sobreviveram a partir das religiosidades negras, dos banhos, das rezas, do cuidado com a terra que se cultivava e com a vida que se eximia no trabalho. Pelourinhos...

Mas o Pelourinho se tornou também o espaço da dança. Da festa. Da reza. Da Cruz, das baianas e de toda representatividade sacro santa e profana da vida que emerge nas ruas da capital da Bahia.



Seria o candomblé, presente também nas igrejas baianas, em Salvador, o local fundamental para a cura de tanto torpor que pretendeu extinguir a população negra do estado brasileiro?

Estas questões o texto não responde. Mas procuramos abrir este diálogo com aos aspectos e formas de considerar o psiquismo das pessoas negras. Suas produções culturais e religiosas que fazem nascer o candomblé, a música e ao mesmo tempo organizar lutas políticas, escritos de pensadoras negras, médicas, psicanalistas, que dialogam com intelectuais afro-diaspóricos, que subvertem os modos de pensar os territórios, as políticas, a saúde e o acesso a um mundo que possa pertencer a todos nós.

A ideia do texto foi percorrer algumas assertivas sobre território, saúde mental e candomblé, como paradigmas importantes para figurar em produções de conhecimentos sobre psicologia, sociedade brasileira, e populações negras.

Apresentamos enredos e figurações de um território brasileiro, que necessita ser visto enquanto gravemente adoecido por inúmeras violências racializadas pelo norte europeu e estadunidense (*wasp*). No mesmo sentido, estes enredos e figurações ostentam a luz que pensadores negros emanam na produção de conhecimentos que rompem com a lógica da violência e instauram a perspectiva da vida, inibindo as mazelas e retóricas do terror sempre presente nas literaturas brancas que encharcam os currículos e transmissão de conhecimentos em saúde e campo médico psicológico.

As territorialidades negras, a saúde mental, o candomblé, nos provocam pensar soluções para a vida, para a cidadania das pessoas no estado nacional. De modo que possamos ser mais genuínos a nosso projeto ético político de vivência. Existência. A partir de nossos enredos, a partir de figurações que se apresentem como sentidos de vida e saúde para nós.

Além disto, neste século XXI observamos o crescimento no contexto do mundo das religiosidades protestantes e neopentecostais que no mundo oprimem a diversidade e no Brasil promovem o desrespeito ao candomblé negro, indígena, africano.

Cabe ressaltar que, assim como os mitos greco-romanos e judaicos cristãos, a civilização negra africana cunhou as bases da civilização ocidental a partir das tecnologias, enredos e figurações egípcias. Isis, Hórus e Osíris são deuses que representam a primeira tríade sagrada que indica superação das dificuldades a partir do sagrado materno. As madonas de Michelangelo não são as mães primeiras. Elas representam parte das histórias das pessoas que habitam o mundo. África traz a origem do mundo. Olhar para Ísis, Osíris e Hórus é também considerar a importância das Yabás, de Exu – a grande luz que promove a abertura de caminhos, bem como o esplendor supremo, de Olorum, Nzambi ou Oludamaré que promove e quer o bem de todos.

Se os mitos greco romanos puderam ser fonte de inspiração para a psicanálise curar e compreender as neuroses humanas – a interpretação dos sonhos e o complexo de Édipo em Freud - produzindo alívio do sofrimento psíquico e significações de mundos, na Europa a partir do século XX; o Candomblé, surgido no Brasil, na Bahia, representa a tecnologia milenar dos africanos e também da herança recebida pela diáspora negra, surgida muito antes das metodologias psíquicas e psicoterapêuticas de Freud.



O candomblé representa a capacidade de salvaguardar a vida, produzir conhecimentos, favorecer a saúde, física, mental e social das pessoas. Engendramentos políticos no cerne da condição das pessoas. Individual e coletivo. Subjetivo e objetivo, céu e terra – Orun Ayê. Comunicação entre os vivos e os mortos. Visíveis e Invisíveis. O sagrado em todas as coisas: candomblé é saúde mental. Terreiro é sinônimo de território. A vida emerge quando surge na Terra. Sagrada Terra, planeta Vida. Mistérios – Awô.

Afinal, Kavungo e Omolu - Obaluayê – trazem o medo da morte e disseminam epidemias. Porém também trazem a paz, a serenidade, a profundidade da vida, que pode ser também morte.

Afinal para nascer a árvore que produz o fruto é preciso que o grão, que é semente, morra.

No grão há a semente da memória. A memória que germina produz uma nova planta, um novo fruto.

Da semente e do grão, do território – terra negra da Bahia – aportaram os primeiros africanos – chamados negros – trazidos de África, a Terra Mãe do mundo e da Bahia.

Na Bahia, para que a vida prosseguisse, nasceu o Candomblé: memória civilizatória de África no Brasil. Semente que germinou, povo negro brasileiro que nasceu. Saúde que prosperou em território de opressão, violência e dor.

O povo negro sobreviveu porque o candomblé prosperou na memória dos antepassados. Laços dos que vieram, com os que se perderam no caminho da diáspora. Mas também com os que não chegaram. Os que ficaram. No fio da memória, consolidou-se o enredo. O tambor comunica a linguagem. Assopra o coração. Faz bater o toque e ressurge a vida onde era só dor e ferida. Memória e história recuperada.

Quem recupera a memória da nossa história e da nossa resistência, considera o embate cultural e civilizatório no qual a população diaspórica se encontra, percebe que a população negra e sua saúde mental não têm como receber uma abordagem individualizante e médica. Nossa saúde mental necessita de uma reestruturação de mundo. Daí a importância de nos “libertar do arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial” (Fanon, 2008: 44), que ainda persiste na visão psiquiátrica da nossa saúde mental. (OLIVEIRA, 2017, p. 248).

Este texto pretendeu produzir grãos. Sementes de pensamentos sobre territorialidades negras, religiosidades negras, colonialidade, políticas sociais, cidadania e saúde. Buscou introduzir modos e considerações sobre estas insígnias (território, saúde mental e candomblé) como importantes elementos que poderão engendrar tecnologias em saúde, políticas públicas e saúde mental para as populações brasileiras.

Neste texto procuramos trazer assuntos que permitem conexões com nossa história de povo negro (SANTOS, 2017). Estes grãos, aqui trazidos de modo distinto e talvez pouco entrosados, permitem conectar os discursos de nossa gente e os recursos civilizatórios com a comunidade, pessoas existentes no território – no caso, o território do terreiro que engendrou nossa subjetividade. No caso, conectar o terreiro de candomblé nas práticas de saúde. Porque efetivamente, foi na senzala, no terreiro e no quilombo, que a subjetividade do povo negro pôde existir.



Foi lá, no terreiro, que se instalou o advento da subjetividade negra. O negro pode existir. Tornar-se pessoa. Porque foi a ele negada a sua condição de pessoa humana. Sua subjetividade foi violada. O desejo de extinção de sua humanidade pelo colonialismo branco capitalista imperou no passado e também persiste em nossos dias. Isto está demonstrado no Brasil e no mundo pelos números de mortes por doenças e homicídios muito mais prevalentes entre pessoas negras em relação a outros grupos étnicos e raciais em diferentes faixas etárias no mundo (DHALL, 2019).

O candomblé, surgido na Bahia, permitiu a saúde mental e por conseguinte a saúde física e a resistência – não extinção – do povo negro.

Não aprofundamos este enredo – o candomblé como prática de saúde. Apenas aventamos que na lógica do colonialismo, a violência e como tudo transcorreu e transcorre ainda neste século, o povo brasileiro possui saídas civilizatórias inéditas e potentes para a germinação da vida de saúde e bem estar no mundo. Que outros textos e produtores de ciência e sabedoria cultivem estes grãos lançados ao vento...

- Atotô!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORREIA, Sandro dos Santos. *Racismo. Desenvolvimento. População Negra*. 1ª Ed. Editora Filos. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.

CORREIA, Sandro dos Santos. A importância das nações de Candomblé para a população afro-brasileira em Cachoeira, Ba. *ODEERE, [S. l.]*, v. 4, n. 8, p. 312-337, 2019. DOI: 10.22481/odeere.v4i8.5793. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/5793>. Acesso em 30/07/2023

CORREIA, Sandro dos Santos. *Celebração da liberdade: candomblé e desenvolvimento humano em Cachoeira-BA*. Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Salvador, 2019. 309 f.

CORREIA, Sandro dos Santos. *A importância das mulheres do candomblé no desenvolvimento de Cachoeira, BA*. In *ODEERE: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB*. ISSN 2525- 4715. Ano 2, número 3, volume 3, Janeiro – Junho de 2017. <https://doi.org/10.22481/odeere.v3i3.1584>

CORREIA, Sandro dos Santos. O território de Cachoeira-BA: O potencial do Patrimônio Cultural de Matriz Africana e as possibilidades para o Desenvolvimento Local do Recôncavo Baiano In CORREIA, Sandro; DANTAS, Estevam; SANTOS, Elba. (org.) *Recôncavo Baiano: Trajetórias e Dinâmicas Territoriais*, Salvador, Assembléia Legislativa, 2015.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia Cultural Radical: Problemas de Teoria, In: *Revista Espaço e Cultura* nº 3. Rio de Janeiro: Uerj/Nepec, Dezembro de 1996. Disponível em: file:///C:/Users/X/Downloads/admin_depext,+Artigo1+Em+dire%C3%A7%C3%A3o+a+uma+geografia+cultura---.pdf Acesso em 30/07/2023.



NOGUEIRA, Isildinha Baptista. A saúde psíquica da população negra. In: Oliveira, Regina (org.). *Cenários da saúde da população negra no Brasil: diálogos e pesquisa*, Fino Traço, Belo Horizonte, 2021.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Segregação racial, territórios negros e saúde mental. *Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB*. Ano 2017, Volume 2 número 4, Julho – Dezembro de 2017. <https://doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2367>

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Frantz fanon, psicologia e psicanálise: epistemologias da violência. *Revista da ABPN* • v. 10, n. 24 • nov.2017 – fev. 2018, p.40-66. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/573> Acesso em 30/07/2023.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. *Revista da ABPN* • v. 10, n. 24 • nov.2017 – fev. 2018, p.216-240. Disponível em file:///C:/Users/X/Downloads/abpn,+Gerente+da+revista,+Texto11_ReginaeConceicao_A+PSICOLOGIA+E+RELACOES+RACIAIS.pdf Acesso em 30/07/2023.

PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Abrahão de Oliveira. Saúde mental da população negra: uma perspectiva não institucional. *Revista da ABPN* • v. 10, n. 24 • nov.2017 – fev. 2018, p.241-259 Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/583> Acesso em 30/07/2023.

SOUZA, Neusa Santos Souza. *Tornar-se negro*. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2013.

Recebido em: 18/08/2023

Aprovado em: 18/09/2023